

2º SIMULADO

ALECE

(TÉCNICO LEGISLATIVO)



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALECE-02-05-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS**Décio Terror**

O que faz as coisas darem certo

Duas pessoas. Ambas têm a mesma escolaridade. A mesma origem social. As mesmas oportunidades. Por que a vida é generosa com uma e fecha a cara para a outra? O destino e a sorte têm pouco a ver com isso. O que tem a ver é o nosso comportamento. Coisas simples nas quais não prestamos atenção alguma. Coluna assumidamente autoajuda, aproveite a promoção.

Vou me demorar no que me parece mais importante: a forma com que cada um se comunica. A maioria dá o seu recado muito mal. Não estou me referindo apenas ao uso correto do português. A pessoa pode ser um acadêmico e mesmo assim ser um desastre ao transmitir o que pensa e o que deseja. Tampouco estou falando de sedução, xaveco. Estou falando de convocação para reuniões, convite para eventos, e-mails profissionais, bilhete para funcionários, mensagens de WhatsApp, postagens no perfil do Face e, claro, as conversas, todas elas: presenciais, telefônicas, gravação de áudios. A gente simplesmente reluta em deixar as coisas esclarecidas, não dá a informação completa, não contextualiza. É tudo racionado, fragmentado, e a culpa nem é dos atuais vícios tecnológicos: ser preguiçoso na comunicação vem da pré-história. Sempre foi assim. As pessoas acreditam que as outras são adivinhas, têm bola de cristal.

“Olá, desculpe o atraso da resposta, muita correria, mas vamos em frente, queremos muito fechar um bate-papo com você. Pode ser dia 21 de outubro?” Exemplo que extraí da minha caixa de e-mails ontem, assinado por uma desconhecida. Fui checar na minha lista de excluídos se havia algum outro e-mail dela, para tentar descobrir do que se tratava. Havia. De fevereiro, quando ela fez um convite em nome de uma empresa. Ressurgiu agora como se tivesse pedido licença para ir ao banheiro e voltado em 10 minutos. Não, não posso dia 21, obrigada, fica para próxima.

Fazemos isso o tempo todo: não nos apresentamos direito, não retornamos contatos, não damos coordenadas, não cumprimos o que prometemos, não deixamos lembretes, não confirmamos presença, não explicamos nossos motivos, não avisamos cancelamentos, não falamos toda a verdade, não tiramos as dúvidas, não perguntamos, não respondemos. Parece tudo tão desnecessário. Aí o universo não coopera e a gente não entende por quê.

Além de se comunicar bem, há outros três grandes facilitadores na vida, coisas que interferem no modo como as pessoas nos analisam e que garantem nossa credibilidade: ser pontual, ser responsável e ser autêntico — esta última, das coisas mais cativantes, pois rara. Se o Papa Francisco não é presunçoso, por que raios você seria?

É quase inacreditável: as coisas dão certo por fatores que estão totalmente ao nosso alcance.

Martha Medeiros

01. Segundo a autora, o que faz as coisas darem certo

- a) tem relação com a origem sociocultural.
- b) é o nível de escolaridade e meio social.
- c) é estar aberto às oportunidades de negócio com boa reputação e ser autêntico.
- d) é o nosso comportamento, especialmente na forma como nos comunicamos.
- e) é um pouco de sorte nas escolhas e no meio em que vive ou trabalha.

02. A fim de transmitir o seu ponto de vista, o autor muitas vezes se vale de estratégias argumentativas. A que é apresentada no texto é:

- a) argumento de autoridade
- b) exemplificação
- c) estimativas
- d) dados numéricos
- e) oposição

03. Marque a alternativa que apresenta um comentário à parte do autor:

- a) “Ambas têm a mesma escolaridade.” (1º parágrafo)
- b) “Coluna assumidamente autoajuda, aproveite a promoção.” (1º parágrafo)
- c) “Tampouco estou falando de sedução, xaveco.” (2º parágrafo)
- d) “As pessoas acreditam que as outras são adivinhas, têm bola de cristal.” (2º parágrafo)
- e) “Se o Papa Francisco não é presunçoso, por que raios você seria?” (5º parágrafo)

04. Quanto ao aspecto morfológico, o vocábulo “uma”, no trecho “Por que a vida é generosa com uma e fecha a cara para a outra?” (1º parágrafo), é:

- a) artigo indefinido, o qual generaliza o substantivo subentendido “pessoa”.
- b) artigo definido, o qual especifica o substantivo subentendido “pessoa”.
- c) pronome indefinido, por generalizar o referente e estar correlacionado ao pronome “outra”.
- d) numeral, o qual quantifica as pessoas.
- e) numeral, o qual ordena o primeiro referente, a primeira pessoa.

05. A oração “como as pessoas nos analisam” (5º parágrafo) apresenta a seguinte classificação:

- a) subordinada adverbial modal
- b) subordinada adverbial comparativa
- c) subordinada adverbial conformativa
- d) subordinada adverbial causal
- e) subordinada adjetiva restritiva

06. No segundo parágrafo, o conectivo “Tampouco” inicia oração que:

- a) adiciona informação em relação ao segmento “A pessoa pode ser um acadêmico e mesmo assim ser um desastre”.
- b) transmite adversidade em relação ao segmento “ao transmitir o que pensa”.
- c) transmite contraste em relação ao segmento “Não estou me referindo apenas ao uso correto do português”.
- d) transmite adição em relação ao segmento “ao transmitir o que pensa e o que deseja”.
- e) transmite adição em relação ao segmento “Não estou me referindo apenas ao uso correto do português”.

07. O presente do indicativo na oração “a forma com que cada um se comunica” (2º parágrafo) foi empregado para indicar

- a) validade permanente
- b) verdade científica
- c) ação habitual
- d) indicação de futuro.
- e) ação terminada.

08. Deduz-se da frase “Se o Papa Francisco não é presunçoso, por que raios você seria?” (5º parágrafo) o seguinte:

- a) O leitor só não tem motivos para ser presunçoso, porque o Papa Francisco não é.
- b) O Papa Francisco teria motivos para ser presunçoso, mas não é. Logo, o leitor não deve ser.
- c) A hipótese de o Papa Francisco ser presunçoso seria motivo de o leitor ser.
- d) O Papa Francisco é exemplo de como não ser presunçoso.
- e) Vários são os motivos de o Papa Francisco e o leitor não serem presunçosos.

09. Leia o trecho abaixo, julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

“Além de se comunicar bem, há outros três grandes facilitadores na vida, coisas que interferem no modo como as pessoas nos analisam e que garantem nossa credibilidade: ser pontual, ser responsável e ser autêntico — esta última, das coisas mais cativantes, pois rara.”

I – O verbo “há” pode ser substituído por **existe**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

II – O pronome átono “se” pode se deslocar para após o verbo “comunicar”: **Além de comunicar-se bem**.

III – A exclusão do substantivo “coisas” não prejudica a coesão, a coerência, nem a correção gramatical.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) As afirmações I e III estão corretas.
- d) As afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

10. No 4º parágrafo, autora enfatizou as ações por meio de um recurso coesivo chamado:

- a) substituição gramatical
- b) substituição lexical
- c) coesão referencial
- d) coesão recorrencial
- e) elipse

INFORMÁTICA

Renato da Costa

11. Assinale a alternativa que apresenta ferramentas ou tecnologias que são adotadas exclusivamente como medidas de segurança da informação.

- a) Honeypot, Firewall e Spoofing
- b) Antivirus, DMZ e Sniffing
- c) Sniffing, Spoofing, IDS
- d) IPS, Firewall e Honeypot
- e) IDS, Worm e BOT

12. Considere o fragmento da janela do MS Excel 2013 abaixo:

	A	B	C
1	1	5	
2	3	7	
3			
4			

Ao se clicar no botão  contido no grupo Edição da guia Página Inicial do Excel, podemos afirmar que os valores das células C1 e C2 ficarão preenchidos automática e respectivamente com:

- a) 6 e 10
- b) 9 e 11
- c) células vazias
- d) 1 e 3
- e) 5 e 7

13. Diante da pandemia do Covid-19 as empresas estão sendo motivadas a incentivar o home office, ou seja, permitindo que seus colaboradores trabalhem remotamente reduzindo assim o contato social e preservando a quarentena. Para implementar o acesso seguro aos sistemas web privados da Instituição deve ser implementado o uso de uma:

- a) Ethernet
- b) Rede P2P
- c) VLAN
- d) SSH
- e) VPN

14. O Microsoft Word oferece funcionalidades para inserir índice, sumário, bibliografia, citação e nota de rodapé através da guia:

- a) Página Inicial
- b) Formatar
- c) Referências
- d) Revisão
- e) Inserir

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Ricardo Vale

15. No que diz respeito aos Secretários de Estado, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação verdadeira, de acordo com a Constituição do Estado do Ceará:

- a) São nomeados pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa.
- b) Serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta anos de idade.
- c) Deverão, no ato da posse e semestralmente, fazer declaração pública de seus bens.
- d) É vedada a convocação de Secretários para prestar esclarecimentos perante a Assembleia Legislativa.
- e) Deverão referendar os decretos assinados pelo Governador.

16. Segundo a Constituição do Estado do Ceará, o processo legislativo estadual NÃO compreende a elaboração de:

- a) Leis delegadas.
- b) Resoluções.
- c) Leis complementares.
- d) Medidas Provisórias.
- e) Decretos legislativos.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS

Marcos Girão

17. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará:

- a) O exercício funcional terá início no prazo de 05 dias, contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração e da posse, nos demais casos.
- b) O servidor em estágio probatório não fará jus a ascensão funcional.
- c) Redistribuição é o deslocamento do funcionário de uma para outra unidade ou entidade do Sistema Administrativo, processada de ofício ou a pedido do funcionário, atendidos o interesse público e a conveniência administrativa.
- d) A substituição automática é estabelecida em Decreto, e proceder-se-á independentemente de lavratura de ato.
- e) Depois de 02 anos de efetivo exercício e após declaração de aquisição de estabilidade no cargo de provimento efetivo, o servidor poderá obter autorização de afastamento para tratar de interesses particulares, por um período não superior a 03 anos e sem percepção de remuneração.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

18. Considerando o disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a afirmativa correta.

- a) A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará poderá se reunir fora da sua sede por deliberação da maioria absoluta dos Deputados a requerimento da Mesa.

b) A proposição com discussão ultimada numa Sessão Legislativa tê-la-á reaberta na seguinte.

c) Aparte é a interrupção permitida pelo orador para indagação ou esclarecimento, relativo ao assunto em debate, sempre pelo tempo de cinco minutos.

d) Durante as sessões legislativas, a Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro

e) Presente a maioria simples dos Deputados, dar-se-á início à discussão e votação da matéria, constante do avulso da Ordem do Dia.

19. Em termos gerais, comissão é um colegiado destinado a analisar, estudar, discutir e votar matérias de interesse da sociedade e do Legislativo Com base nessa preliminar, escolha a alternativa correta, com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

a) Dentre as comissões permanentes previstas no Regimento, pode citar a Constituição, Justiça e Redação, a Comissão de Fiscalização e Controle e a Comissão Defesa do Consumidor e Minorias.

b) Considerada uma modalidade de comissão temporária, uma comissão especial é constituída para um fim determinado, por proposta da Mesa ou a requerimento de Deputados, sendo necessário constar no requerimento de sua constituição a finalidade a que se destina, a quantidade de seus componentes, o prazo de seu funcionamento e a previsão das despesas a serem executadas para o desenvolvimento de seus trabalhos.

c) Diferentemente das demais comissões da Assembleia Legislativa, a Comissão de Representação é criada para cumprir missão em atos externos à Casa, representando o Legislativo nos eventos a que tenha sido convidada ou a que tenha de assistir, podendo ser criada pela Mesa Diretora ou a requerimento de Deputado, neste caso, com a aprovação do Plenário.

d) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), são aquelas de caráter Investigatório, criadas para apuração de fato determinado, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, aplicando-se às suas atividades, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil.

e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE**Marcos Girão**

20. Em relação à Escola Superior do Parlamento Cearense – Unipace, conforme a Resolução nº 698/2019, é incorreto afirmar que:

- a) A Escola Superior do Parlamento Cearense – Unipace – tem como atribuição geral promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos membros e servidores da Assembleia Legislativa, bem como das entidades públicas do Estado e dos Municípios, compreendendo, em especial, programas de aperfeiçoamento profissional, formação, capacitação e especialização nas suas áreas afins.
- b) A Presidência e a Vice-Presidência da Unipace serão exercidas por Deputados Estaduais em exercício de mandato, indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa e nomeados por Ato da Mesa Diretora, para um mandato de 02 anos consecutivos, podendo haver recondução por igual período.
- c) A composição dos órgãos de organização acadêmica e administrativa, a definição de mandatos, a qualificação exigida e a forma de acesso para os cargos de direção e de coordenação serão definidos no Regimento Interno da Unipace, a ser editado por intermédio de Resolução.
- d) O Conselho Acadêmico é órgão deliberativo que deve ser composto, no mínimo, de 50% de profissionais da área de atuação.
- e) Para consecução de seus objetivos, poderá a Escola Superior do Parlamento Cearense promover, direta ou indiretamente, cursos, seminários, intercâmbio, inclusive por meio eletrônico, bem como propor a celebração de convênios com instituições públicas e privadas nacionais ou estrangeiras, ou com professores e pesquisadores nacionais ou estrangeiros, no país ou no exterior.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Rodrigo Rennó**

21. A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. O modelo de administração gerencial difere do modelo burocrático em alguns aspectos essenciais, entre os quais pela introdução do conceito de

- a) cadeia de comando.
- b) avaliação por resultados.
- c) hierarquia.
- d) meritocracia.
- e) disciplina.

22. O que caracteriza uma estrutura organizacional de tipo matricial é:

- a) a constituição de uma equipe heterogênea de especialistas em diferentes áreas, que são deslocados de suas funções habituais para se dedicarem a uma tarefa específica.
- b) a combinação de formas de departamentalização funcional e de produto ou projeto na mesma estrutura organizacional.
- c) a delegação de autoridade e responsabilidade às equipes, que se tornam autônomas e autossuficientes para decidir sobre seu trabalho.
- d) que conjuga duas estruturas em uma só. Normalmente, é um somatório de uma estrutura funcional com outra estrutura horizontal, temporária, focada em projetos.
- e) o trabalho em equipe dos seus membros, que geram uma cultura organizacional coesa e engajada.

23. O secretário de saúde resolveu criar um processo seletivo para um cargo que vagou no último mês. Neste processo, o candidato com melhor avaliação nos critérios estabelecidos de acordo com o perfil do cargo será escolhido, buscando implementar a meritocracia na secretaria. No contexto dos paradigmas da administração pública, essa atitude do secretário pode ser considerada típica do modelo:

- a) patrimonialista.
- b) sistêmico.
- c) social.
- d) consumerista.
- e) burocrático.

24. A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. O modelo de administração gerencial difere do modelo burocrático em alguns aspectos essenciais, entre os quais pela introdução do conceito de

- a) cadeia de comando.

- b) avaliação por resultados.
- c) hierarquia.
- d) meritocracia.
- e) disciplina.

25. Nem sempre a comunicação é efetiva, ou seja, o receptor entende o que está sendo transmitido. Isto pode ocorrer por diversos problemas ou barreiras. Estas barreiras causam distorções que atrapalham o processo de comunicação. Assinale abaixo a alternativa incorreta:

- a) filtragem, que seria a manipulação da mensagem pela pessoa que envia, para que seja vista favoravelmente pelo receptor.
- b) percepção seletiva, que está relacionada com o desvio de interpretação.
- c) linguagem, pois as palavras significam a mesma coisa para todo mundo.
- d) apreensão, que pode ocorrer por timidez, fobias e dificuldade na fala.
- e) excesso de informação, que acontece quando recebemos mais informações do que podemos processar.

26. O Balance Scorecard – BSC é uma das metodologias mais difundidas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas e, na etapa correspondente à análise externa, busca identificar:

- a) as ameaças e oportunidades existentes.
- b) as forças e fraquezas da organização.
- c) a missão, correspondente aos valores da organização.
- d) a visão da organização, que se contrapõe ao cenário externo.
- e) as metas estratégicas, fixando os indicadores correspondentes.

27. Uma das teorias comportamentais da liderança mais conhecidas, foi uma evolução da teoria de Tannenbaum e Schmidt, que postulava que a liderança era um “continuum” entre a liderança orientada para pessoas e a orientada para tarefas, pois questionou esta visão antagônica. Para seus autores, tanto a preocupação com as pessoas e com a produção são fundamentais para se alcançar um bom resultado. Esta visão bidimensional do estilo de liderança está alinhada com qual teoria?

- a) Teoria dos Traços.

- b) Teoria dos estilos de Liderança de Likert.
- c) Teoria do Grid Gerencial.
- d) Liderança Transformacional.
- e) Liderança Carismática.

28. Considere que o tribunal tenha optado por agrupar suas atividades concentrando em um mesmo órgão aquelas relacionadas com a sua área de atuação, seu estado de origem. O critério de departamentalização adotado pela referida organização é:

- a) o estrutural.
- b) por produtos.
- c) o funcional.
- d) por projetos.
- e) o geográfico.

29. Nem sempre a estratégia pretendida pela organização é implementada em sua totalidade, do modo que foi concebida. A estratégia gerada durante a execução da estratégia deliberada, envolvendo as adaptações necessárias e que não era a intenção da organização na formulação da estratégia pretendida chama-se:

- a) deliberada.
- b) emergente.
- c) realizada.
- d) não realizada.
- e) pretendida.

30. Um secretário de saúde do município de Terreirinho do Oeste deseja utilizar uma ferramenta que aponte quais são as doenças que mais geram mortes e internações no hospital local. A ferramenta adequada para esse trabalho seria o:

- a) Diagrama de Ishikawa.
- b) Diagrama de Dispersão.
- c) Brainstorming.
- d) Diagrama de Pareto.
- e) Árvore de decisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Com base no disposto pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), indique a alternativa correta:

- a) Informações cuja disseminação coloquem em risco a defesa e a soberania nacional, além da integridade do território brasileiro, são passíveis de classificação como sigilosas.
- b) As informações relativas a violações de direitos humanos decorrentes de atos praticados por agentes públicos serão consideradas sigilosas pelo prazo de 10 (dez) anos, dado seu caráter confidencial.
- c) Em razão do valor que é atribuído a uma informação sigilosa, essa poderá ser classificada como restrita, moderada ou secreta.
- d) Ainda que haja consentimento expresso da pessoa, é vedado ao agente público divulgar informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- e) As entidades da administração pública indireta não estão obrigadas a fornecer informações solicitadas por pessoas nascidas no Brasil, ainda que o pedido seja feito por meio legítimo e apresente a identificação do requerente e a especificação da informação que foi solicitada.

32. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, **NÃO** será considerado efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- a) exercício das atribuições de outro cargo estadual de provimento em comissão, inclusive da Administração Indireta do Estado.
- b) licença para tratamento de saúde.
- c) prisão do funcionário, absolvido por sentença transitada em julgado.
- d) licença por agressão provocada.
- e) júri.

33. Segundo o disposto pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei 9.826/1974), o servidor que for considerado reincidente em caso de falta leve ou que cometa ilícito grave, estará sujeito a pena de suspensão, através de ato escrito, por até:

- a) 30 (trinta) dias.

- b) 60 (sessenta) dias.

- c) 15 (quinze) dias.

- d) 20 (vinte) dias.

- e) 90 (noventa) dias.

34. Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSICIP), dos atos administrativos e da organização da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) a concessão, pelo poder público, da qualificação como OSICIP de entidade privada sem fins lucrativos é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos para tal.

- b) autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

- c) as fundações públicas, tanto as de direito público quanto as de direito privado, são necessariamente criadas por lei, devendo estar o patrimônio delas vinculado a um fim específico.

- d) em virtude do princípio da separação dos poderes, a administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.

- e) a descentralização pressupõe a existência de, pelo menos, dois órgãos ou pessoas jurídicas entre os quais se repartem as competências.

35. A respeito do Direito Administrativo e dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

- a) A obrigação do agente público de fazer somente o que a lei permite corresponde ao princípio da eficiência, que é associado à Administração Pública.

- b) Ofenderá o princípio da impessoalidade a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.

- c) O princípio da eficiência, considerado um dos princípios inerentes à administração pública, não consta expressamente na CF.

d) O princípio da autotutela permite que o Poder Judiciário intervenha para apreciar atos administrativos que estejam supostamente eivados de ilegalidades.

e) A impossibilidade da alienação de direitos relacionados aos interesses públicos reflete o princípio da indisponibilidade do interesse público, que crava a ideia de que o agente público é um mero gestor da coisa pública, não podendo praticar atos que prejudiquem o interesse coletivo, especialmente quando contrários à legislação vigente.

36. Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue a assertiva que se apresenta correta.

a) É obrigatório que os procedimentos administrativos que ocorram no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta dos poderes executivos da União, dos estados, do DF e dos municípios sejam regulados pela Lei Federal n.º 9.784/1999.

b) Como decorrência dos princípios da legalidade e da segurança jurídica, é correto afirmar que os processos administrativos regidos pela Lei n.º 9.784/1999 devem, em regra, guardar estrita correspondência com as formas estabelecidas para cada espécie processual, podendo a lei, em determinadas hipóteses, dispensar essa exigência.

c) No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos, para que se evite que a forma seja tomada como um fim em si mesma, ou seja, desligada da verdadeira finalidade do processo.

d) O não atendimento da intimação para ciência de decisão importa o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.

e) O ato administrativo discricionário praticado por agente incompetente dever ser revogado pela administração.

37. No que se refere aos poderes administrativos, aos atos administrativos e ao controle da administração, julgue os itens seguintes e assinale a assertiva correta.

a) A homologação de um certame licitatório, seguida da adjudicação do objeto licitado ao futuro contratado, não

é classificada como um ato administrativo, por ter caráter meramente cogente.

b) Se ficar constatado que determinado ato administrativo contém vício de legalidade, a administração pública deverá promover a sua revogação.

c) Motivo e motivação equivalem-se juridicamente.

d) Presunção de legitimidade é atributo universal aplicável a todo ato administrativo.

e) Licença é o ato pelo qual a Administração concorda com um ato jurídico já praticado.

38. No tocante ao Direito Administrativo e à prática dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

a) Para anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, a administração tem de observar o devido processo legal.

b) O decreto é ato administrativo que pode ser praticado tanto pelo chefe do Poder Executivo quanto pelos presidentes dos tribunais superiores.

c) A administração pública pode revogar ato próprio discricionário, ainda que perfeitamente legal, simplesmente pelo fato de não mais o considerar conveniente ou oportuno.

d) Todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros, bem como todos os atos administrativos são considerados emitidos conforme a lei, em decorrência das presunções de veracidade e de legitimidade, respectivamente.

e) A presunção de legitimidade ou de veracidade de determinado ato administrativo produz a inversão do ônus da prova, ou seja, a atuação da administração é presumidamente fundada em fatos verdadeiros e em observância à lei, até prova em contrário.

39. Julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo.

a) O processo administrativo poderá iniciar-se de ofício ou em razão de requerimento do interessado.

b) A competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada ao órgão da advocacia pública, por ato administrativo motivado e publicado no meio oficial.

c) Concluída a instrução do processo, a administração tem o prazo de trinta dias para decidir, vedada a prorrogação desse prazo.

d) Em regra, os recursos administrativos, quando interpostos pelos interessados, têm efeito suspensivo.

e) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo pode ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

40. Acerca de poderes administrativos e ao controle da administração, julgue o item subsequente e assinale a assertiva correta.

a) Pelo poder hierárquico, são possíveis a apuração de faltas funcionais e a aplicação de punições ao agente infrator.

b) A cobrança de multa constitui exemplo de exceção à autoexecutoriedade do poder de polícia, razão por que o pagamento da multa cobrada não pode se configurar como condição legal para que a administração pública pratique outro ato em favor do interessado.

c) O administrador público age no exercício do poder hierárquico ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.

d) O fato de a Administração Pública internamente aplicar uma sanção a um servidor público que tenha praticado uma infração funcional caracteriza o exercício do poder de polícia administrativo.

e) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

41. Quando se fala sobre os poderes da administração pública, é incorreto afirmar que

a) o poder de polícia pode ser atribuído a autarquia, mas não a empresa pública.

b) o poder hierárquico é aquele que confere à administração pública a capacidade de aplicar penalidades.

c) o poder do administrador público — que constitui, ao mesmo tempo, dever para com a comunidade — é irrenunciável pelo seu titular.

d) O poder de polícia dispõe de certa discricionariedade, haja vista o poder público ter liberdade para escolher, por exemplo, quais atividades devem ser fiscalizadas para que se proteja o interesse público.

e) No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.

42. De acordo com os dispositivos legais que regulam as licitações públicas, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

a) A aquisição de bens imóveis pela administração pública, em regra, somente pode ser realizada pela modalidade de licitação tomada de preços, independentemente do valor do imóvel.

b) Para a seleção de trabalhos de natureza artística, técnica ou científica, a modalidade licitatória apropriada é o convite.

c) As fundações públicas não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.

d) Toda compra realizada pelos órgãos da administração pública está sujeita à licitação.

e) Para participar de uma tomada de preços, a empresa deverá estar cadastrada junto ao órgão ou atender às condições exigidas para o cadastramento.

43. Julgue o item subsequente, relativos a processos licitatórios, e assinale a opção correta

a) Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.

b) Tratando-se de pregão, os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.

- c) A participação de bolsas de mercadorias no apoio operacional é vedada a órgão ou entidade que promova pregão eletrônico.
- d) A contratação direta por notória especialização é caso especial de inexigibilidade de licitação.
- e) Quando houver interesse público, a administração pública poderá exigir dos participantes do pregão garantia das propostas, especialmente nos editais cujo objeto seja de alta complexidade em tecnologia da informação.

44. Em relação às disposições da Lei de Licitações e Contratos, bem como do pregão, julgue os itens subsecutivos e assinale a alternativa incorreta.

- a) Na modalidade convite, empresas que não tenham sido convidadas pela administração não poderão participar da licitação.
- b) Cinco dias úteis são estabelecidos legalmente como o prazo mínimo para o recebimento de propostas para a licitação na modalidade convite.
- c) O objetivo da licitação pública é escolher a proposta mais vantajosa para o futuro contrato e fazer prevalecer o princípio da isonomia, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) As compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, poderão ser implementadas com base na modalidade de licitação denominada pregão.
- e) A modalidade de licitação denominada pregão é sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

45. Assinale a opção correta relativamente a licitação e contratos públicos.

- a) As normas do direito privado aplicam-se diretamente sobre contrato administrativo celebrado pela administração pública.
- b) Ao firmar contrato administrativo em nome da administração pública, é lícito que o gestor público o faça de forma oral, pois o ato do agente público é suficiente para validar o contrato.

- c) Está sujeita à nulidade a celebração de contrato com a administração pública que desrespeite a ordem de classificação das propostas ou que inclua terceiros estranhos ao procedimento licitatório.
- d) O contratado fica obrigado a aceitar alterações unilaterais promovidas pela administração, desde que estas não excedam 70% do valor do objeto original.
- e) Caso um contrato administrativo para construção de bem imóvel seja rescindido por culpa exclusiva da empresa contratada, esta não receberá pela parte executada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

46. Marizete, após uma cirurgia, permaneceu durante uma semana internada em um hospital. Após avaliação médica, foi constatado que ela já se encontrava em condições de ir para casa, recebendo alta logo em seguida. O diretor do estabelecimento, ao verificar que não havia sido efetuado o pagamento do total das despesas hospitalares, decidiu impedir a saída de Marizete do local. Seu marido, Donizete, decide, mesmo sem a assistência de advogado, impetrar habeas corpus para exigir judicialmente a liberação da esposa. Nessa situação, é possível afirmar que:

- a) Donizete poderá ajuizar a ação, independentemente de assistência de advogado e do cumprimento de quaisquer formalidades adicionais.
- b) Donizete poderá impetrar habeas corpus em favor da esposa, mas a ação não é gratuita.
- c) Donizete não poderá ajuizar a ação em favor da esposa, já que somente Marizete possui legitimidade para fazê-lo.
- d) O habeas corpus, nessa situação, não é a medida adequada, uma vez que se trata de hospital particular, e não público.
- e) O habeas corpus apenas será conhecido caso comprovada a impossibilidade de utilização de habeas data ou mandado de segurança.

47. Foi criado um determinado partido político de caráter regional, cujo estatuto prevê, dentre outras regras, sua estrutura interna e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais. A esse respeito, pode-se afirmar que:

- a) O partido deveria possuir caráter nacional, sendo vedadas coligações nas eleições majoritárias.
- b) O regime de coligações estabelecido no estatuto é admitido, desde que respeitada a necessidade de vinculação das candidaturas em âmbito nacional e regional.
- c) O partido político deveria possuir caráter nacional, sendo vedadas coligações nas eleições proporcionais.
- d) O partido poderá ter caráter regional, desde que sua atuação englobe área não inferior à de um município.
- e) O estatuto será considerado válido a partir do seu registro no Tribunal Superior Eleitoral.

48. Oladir, advogado, encontrava-se em seu escritório, no período da noite, trabalhando em processos de um de seus clientes. Em determinado momento, ele se dirige à copa para tomar um café, esquecendo-se de desligar a cafeteira. Vencido pelo cansaço, Oladir adormece sem se dar conta de que um pequeno incêndio havia se iniciado devido ao aquecimento provocado pelo eletrodoméstico em funcionamento. O segurança do prédio, Otávio, nota a fumaça saindo pela janela e decide arrombar a porta. Oladir acorda, indignado, afirmando que iria processar Olavo. Nesse caso, determina a CF/88 que:

- a) Olavo jamais poderia ter invadido o escritório de Oladir, que é protegido pelo sigilo profissional.
- b) A invasão do segurança Olavo se justifica, ainda que tenha ocorrido no período da noite e se trate de recinto profissional.
- c) Sem autorização judicial, Oladir, encarregado da segurança no edifício, deveria saber que somente mediante autorização judicial ele poderia adentrar o recinto.
- d) Como a intenção de Olavo era a de prestar socorro, ele poderia ter penetrado no local, desde que houvesse o consentimento de Olavo.
- e) Oladir deveria ter acionado as autoridades locais para que fosse autorizada a entrada forçada no escritório de Olavo.

49. A Constituição Federal estende aos servidores públicos diversos direitos garantidos aos trabalhadores em geral. Dentre eles, pode-se mencionar:

- a) A licença-paternidade.
- b) O adicional de insalubridade.
- c) O aviso prévio, proporcional ao tempo de serviço.
- d) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- e) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

50. Lordécio é flautista e, em virtude de seu inquestionável talento, começou a receber muitos convites para se apresentar em eventos e shows, o que fez com que, em poucos meses, se transformasse em um homem muito rico. Alanir, ex-colega de faculdade de Lordécio e atualmente deputado federal, invejando o sucesso do músico, decide propor ao Congresso Nacional a edição de lei exigindo, para o exercício da atividade, formação acadêmica na área correspondente. Analisando-se a situação apresentada, é possível afirmar que:

- a) A liberdade profissional é garantida por meio de norma de eficácia contida, devendo a lei, caso aprovada, ser observada por Lordécio.
- b) Caso inexistente lei regulamentando o exercício da profissão de flautista, Lordécio não poderá continuar a exercer a atividade.
- c) A restrição da atividade, nesse caso, não se justifica nem mesmo por meio de lei.
- d) A lei, caso aprovada, será inconstitucional, já que a liberdade profissional é garantida por meio de norma de eficácia plena, que não admite restrição por ato infraconstitucional.
- e) Não há inconstitucionalidade no projeto apresentado por Alanir, mas a lei dele resultante não poderá atingir efeitos presentes de atos passados.

51. Sergio, brasileiro naturalizado, deparou-se com a impossibilidade de exercer o direito de reunião, em razão de ausência de norma legal regulamentando o dispositivo constitucional correspondente. Decidiu, então, recorrer ao Poder Judiciário, a fim de exigir que

fosse sanada a omissão legislativa por ele constatada. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) Sérgio deverá impetrar mandado de segurança, uma vez que se está diante de ato coator materializado em omissão ilegal do Poder Público.
- b) O remédio constitucional adequado à situação narrada é o mandado de injunção, tendo em vista tratar-se de omissão na regulamentação de norma de eficácia limitada.
- c) Sérgio não poderá requerer que o Poder Legislativo seja compelido a regulamentar dispositivo constitucional de eficácia contida.
- d) Sérgio, na condição de brasileiro naturalizado, embora possa exercer o direito de reunião, não possui legitimidade para a impetração de mandado de injunção.
- e) O obstáculo ao direito de reunião representa ofensa direta ao direito de locomoção, o que justificaria a impetração de habeas corpus, nessa situação.

52. Considere:

- I. Fixar o subsídio dos deputados e senadores.
- II. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de 60 dias.
- III. Aprovar a escolha de Governador de Território Federal.
- IV. Fixação do efetivo das Forças Armadas.
- V. Julgar as contas prestadas pelo Presidente da República.

São atribuições exercidas com exclusividade pelo Congresso Nacional, sem a participação do Poder Executivo:

- a) III e IV, apenas.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e V, apenas.
- e) I, II e V.

53. Lenildo, deputado federal, foi acusado de ter cometido crime comum. O STF, ao receber a denúncia, dá ciência ao Parlamento que, por maioria absoluta, decide sustar o andamento da ação. O deputado, desejando provar sua inocência, declara a renúncia às imunidades de que dispõe, exigindo o prosseguimento da ação. Em relação à situação exposta e à conduta apresentada pelo parlamentar, pode-se concluir que:

- a) Lenildo dispõe de plena liberdade para decidir se mantém, ou não, as imunidades conferidas a ele, na condição de parlamentar, pela atual constituição.
- b) A sustação do andamento da ação somente poderia ter sido autorizada mediante voto de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) O STF não poderia ter recebido a denúncia sem a autorização do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) Lenildo não poderá renunciar às imunidades parlamentares, mas ficará suspenso de suas funções até que o julgamento seja concluído.
- e) Lenildo não poderá renunciar às imunidades parlamentares que, na verdade, pertencem à função por ele desempenhada, e não à sua pessoa.

54. Luminário, desembargador de Tribunal de Justiça, e Apolinário, brasileiro naturalizado e professor de Direito em uma Universidade, desejam compor o Conselho Nacional de Justiça. Segundo o que dispõe a Carta Constitucional,

- a) Luminário poderá integrar o Conselho segundo o procedimento previsto para o Quinto Constitucional.
- b) Luminário deverá ser indicado pelo STJ e, Apolinário, pelo Congresso Nacional.
- c) Apolinário deverá ser indicado pelo Conselho Federal da OAB.
- d) Luminário deverá ser indicado pelo STF e, Apolinário, pela Câmara ou pelo Senado.
- e) Apolinário, desde que possua capacidade eleitoral ativa, poderá ser indicado pelo Presidente da República.

55. Quatro municípios limítrofes de determinado estado se uniram para criar uma região metropolitana, de forma a tornar mais eficiente a execução de serviços de interesse comum. Após terem sido ouvidas as Câmaras Municipais correspondentes, foram convocados plebiscitos no âmbito de seus respectivos territórios, cujo resultado se mostrou favorável à iniciativa, culminando, finalmente, com a edição de lei federal autorizando a criação da referida região. De acordo com a Constituição da República, o procedimento descrito anteriormente:

- a) Demonstra que a criação da região metropolitana, a ser efetivada por lei estadual, se deu em total contradição aos preceitos constitucionais.
- b) É inválido, uma vez que, atualmente, encontra-se proibida a criação de regiões metropolitanas do Brasil.
- c) Não respeitou a necessidade de divulgação de estudos de viabilidade, tampouco cumpriu o requisito de aprovação por meio de lei complementar federal.
- d) Respeitou as exigências impostas pela CF/88 para a criação do novo ente autônomo.
- e) Deveria ter sido aprovada por todos os municípios envolvidos, por meio de lei.

56. O município X editou lei estabelecendo regras relativas à seguridade social, dentre diversas medidas tomadas pelo Poder Público visando reforçar a assistência à população carente. De acordo com a Constituição Federal,

- a) O município não poderia legislar sobre o tema, uma vez que não fora contemplado com a competência concorrente.
- b) O município terá agido dentro de sua esfera de competências, desde que tenha sido autorizado por lei complementar estadual.
- c) Tal atribuição pertence exclusivamente aos estados, sendo, portanto, inconstitucional a lei municipal.
- d) O município possui plena autonomia não só para instituir seu regime previdenciário, como também disciplinar questões relacionadas à seguridade social.
- e) Houve invasão de competência legislativa privativa da União.

57. Projeto de lei estabelecendo _____ deverá ser aprovado _____ dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional e, caso venha a ser rejeitado, somente poderá ser objeto de nova deliberação _____ mediante iniciativa _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas anteriores:

- a) O orçamento da União; por três quintos; na legislatura seguinte; da maioria absoluta dos membros de qualquer das duas Casas.
- b) Casos de inelegibilidade; pela maioria absoluta; dentro da mesma sessão legislativa; da maioria absoluta dos membros de qualquer das duas Casas.
- c) O orçamento da União; pela maioria absoluta; na sessão legislativa seguinte; de qualquer partido político.
- d) Casos de inelegibilidade; pela maioria absoluta; na sessão legislativa seguinte; de qualquer parlamentar.
- e) A criação de fundação pública; pela maioria simples; dentro da mesma legislatura; de qualquer partido político.

58. Suponha que o Presidente da República e seu Vice venham a falecer em um acidente aéreo, durante viagem internacional, no último ano do mandato. Nesse caso, a CF/88 prevê que:

- a) O Presidente da Câmara substitua o titular, em caráter definitivo.
- b) Sejam realizadas eleições indiretas pelo Poder Legislativo, no prazo de 30 dias.
- c) Seja eleito um novo representante pelo povo, no prazo de 30 dias, que deverá cumprir um novo mandato de 4 anos.
- d) Sejam realizadas novas eleições, no prazo de 90 dias, devendo o novo governante apenas cumprir o restante do mandato presidencial.
- e) O Presidente do Congresso Nacional substitua o titular, em caráter definitivo.

59. Gumercindo aposentou-se do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Felisberta exerce cargo efetivo em autarquia estadual. Ambos estão descontentes com as respectivas remunerações e desejam complementar suas rendas,

por meio do exercício de mais um cargo ou função pública. Encontre, dentre as opções abaixo, aquela que apresenta funções cujas remunerações poderão ser acumuladas com as de Gumerindo e Felisberta:

- a) Um cargo comissionado, no caso de Gumerindo, e o cargo de vereadora, no caso de Felisberta, desde que haja compatibilidade de horários.
- b) Qualquer cargo eletivo, nas duas situações, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) Um cargo técnico ou científico, para Gumerindo, e o cargo de deputada estadual, para Felisberta.
- d) Um cargo de Técnico Judiciário, para Gumerindo, e o cargo de prefeita municipal, para Felisberta, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) Qualquer emprego público, nas duas situações.

60. Manoel nasceu em Portugal e, aos 5 anos de idade, mudou-se com a família para o Brasil, onde vive há 26 anos. Embora jamais tenha requerido a nacionalidade brasileira, o cidadão português, hoje com 31 anos de idade, deseja obter o título de eleitor e, quem sabe, exercer algum cargo público. Sabendo que seu país de origem assinou tratado de reciprocidade com o Brasil, Manoel requer ao Governo brasileiro que lhe seja concedido o status de "português equiparado". Assinale a alternativa que apresenta uma opção condizente com a situação de Manoel:

- a) Ser escolhido, pelo Presidente da República, para ocupar o cargo de ministro do STF.
- b) Manoel não poderá exercer nenhum mandato eletivo, já que não é considerado cidadão brasileiro.
- c) Exercer o mandato de deputado federal.
- d) Exercer a função de senador da República.
- e) Tornar-se ministro do STJ.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

- 61.** De acordo com o princípio da exatidão,
- a) o registro das receitas e despesas deve ser feito de forma discriminada na Lei Orçamentária Anual.
 - b) o montante das despesas fixadas não pode ultrapassar o montante das receitas previstas.
 - c) é vedado vincular receita de imposto a órgão, fundo ou despesa.
 - d) a Lei Orçamentária Anual não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.
 - e) as estimativas devem ser tão exatas quanto possível, de forma a garantir à peça orçamentária um mínimo de consistência para que possa ser empregado como instrumento de programação, gerência e controle.
- 62.** O princípio orçamentário da não afetação dispõe que é vedado vincular imposto a órgão, fundo ou despesa. Todavia, uma das exceções a este princípio é:
- a) vinculação de taxa à atividades exercidas em decorrência de poder de polícia.
 - b) vinculação de tarifa a serviços aeroportuários prestados.
 - c) vinculação de imposto para prestação de garantia à operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - d) vinculação de imposto para pagamentos de débitos para com a União, Estados e Municípios.
 - e) vinculação de imposto para construção de trecho rodoviário.
- 63.** Apresentar propósitos para os créditos solicitados, custos necessários para o alcance de tais propósitos e informações quantitativas que mensurem os resultados são características do orçamento:
- a) Por desempenho.
 - b) Programa.
 - c) Base-Zero.
 - d) Moderno
 - e) Incremental.

64. As receitas orçamentárias são divididas em correntes e de capital. Marque a alternativa que contém apenas receitas correntes:

- a) contribuições de melhoria, alienação de bens e tributária.
- b) alienação de bens, patrimonial e serviços.
- c) contribuições, industrial e operações de crédito.
- d) patrimonial, agropecuária e transferências correntes.
- e) patrimonial, amortização de empréstimos e transferências correntes.

65. Relativamente à despesa pública, julgue os itens seguintes:

I. Considerem-se Despesas de Exercícios anteriores as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

II. Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores

III. Será feito por estimativa o empenho da despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

66. De acordo com a Constituição Federal de 1988, normas legais e doutrina que regem a matéria, o Plano Plurianual é:

- a) o instrumento de planejamento de longo prazo do governo, em que se definem as diretrizes, metas e prioridades para a administração pelo período de 4 anos.
- b) o instrumento de planejamento operacional do governo.
- c) o instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e metas para os programas de duração continuada.
- d) o instrumento que compreende o orçamento de investimento das estatais.
- e) o instrumento que contém o demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

67. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de

- a) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que 0,6% será destinado a ações e serviços públicos de saúde.
- b) 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- c) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente bruta realizada no exercício anterior, sendo que 0,6% será destinado a ações e serviços públicos de saúde.
- d) 1% (um por cento) da receita corrente bruta realizada no exercício anterior.
- e) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que 0,5% será destinado a ações e serviços públicos de saúde

68. Nos termos do art. 167, VI, da CF/88, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. Contudo, é possível realizar tais movimentações de recursos mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa, no âmbito de:

- a) manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) ciência, tecnologia e inovação.
- c) atividades de administração tributária.
- d) serviços públicos de saúde.
- e) construção de obras públicas.

69. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada é:

- a) dívida fundada.
- b) concessão de garantia.
- c) refinanciamento da dívida mobiliária.
- d) dívida mobiliária.
- e) operação de crédito.

70. Sobre a despesa com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

- a) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, 60% na União e 50% nos Estados e Municípios.
- b) Na esfera federal, a despesa com pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder 3% da receita corrente líquida.
- c) Na esfera estadual, a despesa com pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder 6% da receita corrente líquida.
- d) Na esfera municipal, a despesa com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder 49% da receita corrente líquida.
- e) Na esfera estadual, a despesa com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder 54% da receita corrente líquida.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

TEXTO I

Papa Francisco: Falta de solidariedade e individualismo são os responsáveis da pobreza no mundo

O Papa Francisco foi à conferência da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a subnutrição, pedir mais solidariedade e dignidade para os pobres do mundo.

O sumo pontífice da Igreja Católica apelou à unidade das nações e à unidade de esforços para combater aquilo a que chama “o paradoxo da abundância” da sociedade atual, uma sociedade em que há comida suficiente para todos, mas nem todos têm comida.

Um fenômeno que resulta da falta de solidariedade e do individualismo...

“A falta de solidariedade – uma palavra que, suspeitamos, queremos, inconscientemente, tirar do dicionário...
...As nossas sociedades caracterizam-se por um crescente individualismo e pela divisão e isto acaba por privar os mais frágeis de uma vida digna e levar a revoltas contra as instituições”.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO II

Polícia de SP prende dois homens que mataram ambulante no metrô

A polícia de São Paulo prendeu os dois homens que espancaram até a morte um ambulante, dentro de uma estação do metrô, no dia de Natal.

A prisão dos responsáveis pela morte do ambulante Luiz Carlos Ruas, o Índio, levou uma multidão revoltada à delegacia que apura crimes dentro do metrô. A passagem deles provocou tumulto. A polícia reagiu.

Ricardo Martins do Nascimento foi preso na noite desta terça-feira (27), em Itupeva, no interior de São Paulo, e levado para a capital. Na chegada, quase foi agredido. Ele falou sobre o crime. “Cara, a gente estava alterado. Cachaça... Não justifica, não. O certo é a gente pagar”, diz Ricardo.

Ricardo e o primo, Alípio Rogério dos Santos, aparecem nas imagens das câmeras do metrô espancando até a morte o ambulante conhecido como Índio. Ele tentou defender dois homossexuais, também agredidos pelos dois rapazes. [...]

Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/policia-de-sp-prende-dois-homens-que-mataram-ambulante-no-metro.html>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO III

No dia 9 de junho de 2017, em São Bernardo do Campo (SP), o tatuador Maycon Wesley Carvalho dos Reis, 27 anos, e seu vizinho Ronildo Moreira de Araújo, 29 anos, capturaram um jovem de 17 anos, dependente químico, alegando que ele estaria furtando uma bicicleta. Os dois subjugaram o rapaz e, como forma de “punição” pela tentativa de furto, tatuaram em sua testa a frase “sou ladrão e vacilão”. O ato foi registrado por Maycon em um vídeo, que logo começou a circular viralmente nas redes sociais.

Este episódio ocorre em um contexto de uma série de linchamentos que têm aparecido na mídia brasileira nos últimos anos. Apesar de diferir dos episódios de linchamento em um aspecto importante, o de ser uma punição sumária executada na praça pública por uma turba, o caso guarda uma característica comum com estes: são casos de particulares “fazendo justiça com as próprias mãos”, à revelia dos mecanismos estatais de regulação social e marcados pela violência. Ademais, apesar de não ter ocorrido fisicamente na praça pública, o registro em vídeo por parte de um dos perpetrantes garantiu que a punição tenha sido vista na “praça pública virtual” da internet.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72342/tres-conceitos-juridico-sociologicos-para-a-compreensao-do-caso-da-tatuagem-na-testa>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO IV**Combate ao coronavírus estimula solidariedade e união no Brasil e no mundo**

Enfrentamento à pandemia está despertando o altruísmo para enfrentar medo, solidão e o tédio na quarentena.

O combate ao coronavírus está estimulando diversas ações de solidariedade e união pelo país e pelo mundo – algumas, repletas de humor.

Com o isolamento, a população menos propensa à doença está se oferecendo para ajudar idosos, um dos principais grupos de risco da Covid-19, ou até distribuir álcool em gel para quem precisar. Outras pessoas que enfrentam quarentena pelo mundo usam a criatividade para estimular a união e o senso de coletividade.

O G1 mapeou algumas destas ações. Entre as iniciativas, estão:

- 'Adoção' de idosos para aplacar a solidão
- Aplausos a equipes médicas
- Bingo na janela
- Cantoria nas janelas e varandas
- Compra para idosos
- Distribuição de álcool em gel
- Exercícios físicos da laje e varandas

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/19/combate-ao-coronavirus-estimula-solidariedade-e-uniao-pelo-pais-e-pelo-mundo.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos de motivadores, redija um texto dissertativo sobre a **solidariedade**. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 O recrudescimento do individualismo no mundo moderno; [valor: 15,00 pontos]
- 2 A banalização da violência;
- 3 A solidariedade em tempos de crise;

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

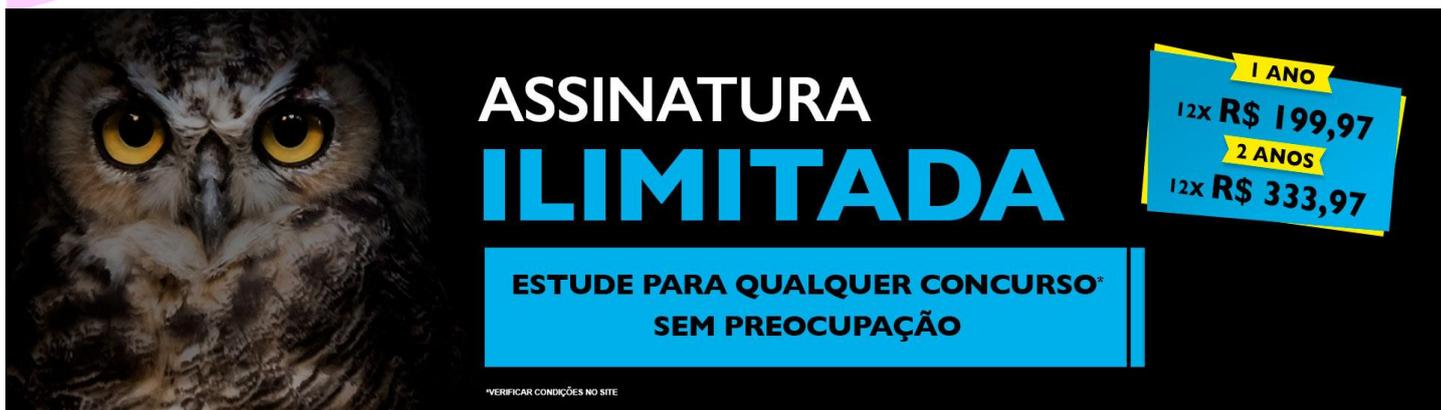
Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALECE-02-05-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE